

As mulheres militares da MINUSTAH (2004-2017): uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras

JORDANA FOIATTO¹; LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN²

¹*Universidade Federal de Pelotas – jordanafoiatto@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – luballestra@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva de gênero nas operações de paz desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) começou a ser pensada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres de 1985. Contudo, a organização só passou a incentivar a participação feminina, de fato, após o término da Guerra Fria. A adoção das Resoluções 1.325 e 1.327 pelo Conselho de Segurança da ONU são consideradas esforços fundamentais nesse sentido, pois ambas reiteram a importância da participação da mulher nesses espaços – os quais são tradicionalmente masculinizados. Ainda assim, apesar dos estímulos, a presença feminina nas operações de paz é escassa.

A escolha da Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como universo da pesquisa justifica-se pela liderança e participação ativa do Brasil nesta operação. Sendo assim, a partir do tema gênero e segurança, o objeto de pesquisa traduz-se na participação das militares brasileiras nesta missão em específico. Diante disso, a partir da ótica das mulheres que participaram do contingente militar brasileiro na MINUSTAH, entre 2004 e 2017, buscar-se-á responder: como a perspectiva de gênero, relativa à inclusão das mulheres e sua maior participação na MINUSTAH, foi adotada no treinamento e ação das tropas?

O objetivo geral consiste em analisar se há diferença entre a perspectiva de gênero introduzida no treinamento do contingente militar para MINUSTAH e a designação das tarefas das tropas. Ademais, os seguintes objetivos específicos serão perseguidos: a) analisar documentos e informes oficiais da ONU relativos à participação das mulheres nas Missões de Paz; b) traçar um panorama geral sobre a entrada e a participação das mulheres nas Forças Armadas do Brasil; e c) avaliar a participação das mulheres militares na MINUSTAH.

Tendo em vista a temática e o assunto da pesquisa, optou-se pela escolha de diversas vertentes que compõem a teoria feminista de Relações Internacionais para garantir o embasamento teórico. A grande novidade do feminismo contemporâneo nesta área é a aplicação do gênero como categoria de análise. Segundo Mathias (2009), gênero é uma categoria desenvolvida nos anos 70, que tem como principal ordenamento social a sexualidade, por isso a análise de gênero é responsável por descrever as relações entre homens e mulheres inseridos na sociedade contemporânea. Grande parte das feministas da área acredita que a produção de conhecimento clássica das Relações Internacionais é elaborada por meio de uma “linguagem masculina” que é responsável por ocultar o papel das mulheres na sociedade, assumindo a partir disso que somente os homens são atores políticos (TICKNER, 2001). Sendo assim, a pesquisa desenvolve alguns conceitos-chaves tais como “gênero”, “estereótipo”, “masculinidade” e “feminilidade”.

As identidades são fundamentais para as teorias que aplicam gênero como categoria de análise, tendo isso em vista, é possível perceber a partir da teoria

feminista que a sociedade atribui valores diferentes às características “masculinas” e “femininas” e, por isso, as diferenças entre homens e mulheres são expressas por meio de uma ordem hierárquica de predomínio masculino. Segundo Cohn, Ruddick e Hill (2005), todas as culturas são compostas de corpos biológicos de homens e mulheres, mas o significado de “masculino” e “feminino” varia conforme a cultura e as mudanças ao longo do tempo. Diante disso, justifica-se a importância da análise de gênero, já que a mesma atenta para as estruturas simbólicas – inseridas na comunicação social por meio de discursos, leis e vocabulários –, pois as mesmas são responsáveis pelo entendimento do gênero a partir de oposições simbólicas, reforçando ainda mais as dicotomias que envolvem essa temática.

Nesse contexto, faz-se imprescindível notar que de acordo com o conhecimento popular e muitas linhas de pesquisa, a masculinidade geralmente é associada à violência e ao militarismo de forma biológica, de tal modo que a agressão por parte dos homens acaba sendo naturalizada, podendo ganhar até mesmo um viés heroico. De acordo com Mathias (2009), o gênero feminino não é identificado com a força bruta e, por isso, a mulher não é “naturalmente” guerreira; o exemplo mais conhecido da participação das mulheres na guerra é como vítima, ou seja, como uma forma paradigmática de atingir e degradar o inimigo.

Diferentemente do soldado tradicional, o perfil dos capacetes azuis¹ é representado por valores que, historicamente, são associadas ao “feminino” como cuidado, pacifismo e sensibilidade. A guerra e as organizações militares têm funcionado como um campo social produtor de referenciais sobre papéis sexuais e de uma concepção normativa da masculinidade, a qual amplifica os modelos socialmente dominantes e contribui para sua produção e reprodução (CARREIRAS, 2009). Logo, o estudo das questões de gênero nesse ambiente securitário “masculinizado” por excelência é substancial para entender a atuação das mulheres e como a igualdade de gênero está sendo promovida nas instituições internacionais.

2. METODOLOGIA

A pesquisa está ancorada em uma abordagem qualitativa, já que não serão aplicados procedimentos estatísticos ou qualquer outro tipo de quantificação. Utilizar-se-á principalmente dois métodos procedimentais, o bibliográfico e o documental. Tais métodos serão aplicados tanto para avaliar como a ONU se posiciona em relação à participação das mulheres em Operações de Paz quanto para traçar um panorama geral sobre a participação e entrada das mulheres nas Forças Armadas do Brasil, sendo assim, para tais realizações serão utilizados dados secundários. Diante disso, buscar-se-á fazer um mapeamento das mulheres que participaram do contingente militar da MINUSTAH, partindo para obtenção de dados primários por meio de entrevistas semi-estruturas com as mesmas. Assim, será possível avaliar a participação das mulheres na missão em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que a pesquisa está em andamento, é possível identificar somente algumas considerações parciais. As mulheres militares, em geral, ainda

¹ Denominação dos participantes das tropas multinacionais que servem nas Forças de Paz da ONU para resolução de conflitos internacionais.

sofrem preconceito dentro de sua esfera de atuação, muito por conta dos estereótipos de gênero, pois no senso comum, persiste a noção de que as mulheres são incapazes de suportar as condições físicas desgastantes que impõe a profissão militar. Ademais, foi possível perceber que, na esfera securitária brasileira, é raro encontrar uma mulher ocupando cargos responsáveis por tomar decisões.

4. CONCLUSÕES

Considera-se que essa pesquisa se justifica, sobretudo, em detrimento da escassez de estudos sobre a temática. Como demonstra Mathias (2009), os estudos de gênero vêm ganhando espaço nas Ciências Sociais, todavia, especificamente na América Latina, são recentes os estudos sobre a presença feminina nas Operações de Paz. Ademais, a pesquisa tem relevância social e política, tendo em vista que o âmbito securitário permanece sendo masculinizado por excelência, culminando tanto na produção como na reprodução de estereótipos de gênero, os quais perpetuam a ideia de que as mulheres são “naturalmente” pacíficas, maternais e sensíveis, enquanto os homens são os bravos detentores da força e principais atores políticos do sistema internacional. Logo, essa pesquisa constitui um esforço para que as missões de paz sejam, cada vez mais, esferas igualitárias de participação e atuação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARREIRAS, H. O olhar dos homens: Resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 169-188.

COHN, C.; HILL, F.; RUDDICK, S.. The Relevance of Gender for Eliminating Weapons of Mass Destruction. **The Weapons Of Mass Destruction Commission**, Estocolmo, v. 38, p.1-12, jun. 2005. Disponível em: <<https://genderandsecurity.org>>. Acesso em: 06 out. 2017

MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009. 280 p.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.